

CONTAS PÚBLICAS

LDO antecipa verba de emendas

Projeto que define as regras para o Orçamento da União foi aprovado pelo Congresso com previsão de superavit e determinação para que o Executivo libere 65% das verbas de emendas parlamentares até o meio do ano que vem — que é ano eleitoral

» WAL LIMA

O Congresso Nacional aprovou o texto-base da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, no qual fica estabelecido que o Poder Executivo tem até o fim do primeiro semestre do ano que vem para pagar 65% de todas as emendas parlamentares ao Orçamento com execução obrigatória.

A mesma medida vale para as emendas individuais e coletivas com destino a fundos de saúde e de assistência social, e para as chamadas transferências especiais, conhecidas como “emendas Pix”. Os recursos são fundamentais para os parlamentares que enfrentarão as urnas em 2026.

Após a aprovação da LDO, o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou que o texto que estabelece as regras para elaboração do Orçamento 2026 e define prazo para o pagamento de emendas contou com uma construção colaborativa de todos os parlamentares.

“Eu acho que foi muito boa a votação porque houve uma construção política tendo em vista que o trabalho da CMO (Comissão Mista de Orçamento) é muito complexo e reúne várias opiniões que precisam convergir no texto final do relatório”, disse Alcolumbre.

O relator do projeto, deputado Gervásio Maia (PSB-PB), considerou que a votação superou as expectativas da Casa. “Não imaginava que a gente fosse conseguir emplacar tantos itens, que estão fazendo da LDO uma bússola muito importante para o Orçamento”, declarou.

O texto-base da LDO prevê um superávit orçamentário de R\$34,3 bilhões no próximo ano, que equivale

Carlos Moura/Agência Senado



Davi Alcolumbre comanda a sessão do Congresso que aprovou a LDO com regra para liberação antecipada de recursos aos parlamentares em 2026

a 0,25% do PIB. De acordo com o texto, o governo pode considerar o limite inferior da meta prevista no Arca-bouço Fiscal para fazer limitações de gastos. A meta pode variar 0,25% para cima ou para baixo.

A proposta também inclui fundos partidário e eleitoral entre as despesas que não podem ser contingenciadas; retira o dispositivo que obrigava aplicação de recursos

de emendas em obras não concluídas; e que algumas despesas não podem ser limitadas, como pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), defesa agropecuária e seguro rural.

Vetos

Antes da apreciação da LDO, o Congresso concluiu a votação

de vetos presidenciais e derrubou dois deles: o que tratava da isenção de taxas regulatórias da Embrapa e o que suprimia a obrigatoriedade do exame toxicológico para a primeira habilitação nas categorias A e B da CNH. Os demais vetos analisados, especialmente os ligados a áreas sociais, foram mantidos, representando uma vitória parcial do governo.

O veto derrubado referente à Embrapa atingia o projeto que concede à empresa isenção do pagamento de taxas e contribuições cobradas por órgãos reguladores. Com a rejeição do veto, o texto segue para promulgação, permitindo que a isenção entre em vigor.

O Congresso também derrubou o veto parcial que havia barrado a exigência do exame



Não imaginava que a gente fosse conseguir emplacar tantos itens, que estão fazendo da LDO uma bússola muito importante para o Orçamento”

Deputado Gervásio Maia (PSB-PB), relator da LDO

toxicológico para candidatos à primeira habilitação nas categorias A e B da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Com a decisão, o exame, que antes era obrigatório apenas para motoristas das categorias C e D, passa a ser exigido também para condutores de carros, motos e vans que buscam a primeira CNH.

Entre os vetos mantidos está o que preserva a regra que permite a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a pessoas com deficiência leve. O BPC é destinado a idosos de baixa renda e a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

Também permaneceu válido o veto do Executivo à proposta que previa que os dados de condenados incluídos no Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais continuassem disponíveis para consulta pública por 10 anos após o fim da pena. Com a manutenção do veto, as informações permanecerão acessíveis apenas durante o prazo de cumprimento da pena.

PIB do 3º trimestre indica freio no crescimento

» RAFAELA GONÇALVES

A estagnação do setor de serviços, que responde pela maior parte da atividade econômica do país, freou o desempenho do país no terceiro trimestre de 2025. Dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Produto Interno Bruto (PIB) avançou apenas 0,1% em relação ao trimestre anterior, sinalizando nova perda de fôlego da economia.

O resultado, que confirma a desaceleração já observada nos últimos meses, reflete, sobretudo, o impacto prolongado da taxa de juros elevada, fator que encarece o crédito, desestimula

investimentos e trava o consumo das famílias.

Mesmo com o crescimento da agropecuária (0,4%) e da indústria (0,8%), os serviços tiveram variação de apenas 0,1%, praticamente anulando o impulso dos demais setores.

O desempenho entre julho e setembro também frustrou as expectativas do mercado, que projetava uma expansão de 0,2% no período. Para Volnei Eying, CEO da Multiplike, o resultado aumenta a pressão por uma antecipação ou por uma redução mais expressiva da taxa Selic. “O desempenho reflete, principalmente, a desaceleração do setor de serviços, que até então vinha bem, e que representa a maior parte do PIB, enquanto a indústria e a

agropecuária cresceram de forma mais modesta”, avaliou.

“O resultado do PIB representa aquele cenário que o mercado costuma chamar de ‘ruim bom”, comentou Paulo Cunha, CEO da iHUB Investimentos. “Ao sinalizar uma atividade mais fraca, sobretudo no setor de serviços, o dado pode abrir espaço para que o Banco Central acelere o ritmo de cortes na taxa de juros. E é isso que o mercado está tentando antecipar agora, quando esse movimento mais forte pode começar”, avaliou.

Consumo menor

Pelo lado das despesas, o consumo das famílias, tradicional

motor da atividade, também perdeu força no terceiro trimestre e avançou apenas 0,1% na comparação com os três meses anteriores. O ritmo representa uma desaceleração significativa em relação às altas de 0,6% registradas tanto no primeiro quanto no segundo trimestre do ano.

Em nota, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda afirmou que esse arrefecimento está diretamente ligado aos efeitos da política monetária restritiva, que mantém o crédito caro e reduz a capacidade de gasto dos consumidores.

“A desaceleração do consumo está associada ao desaquecimento dos mercados de trabalho e

crédito no terceiro trimestre, em resposta aos impactos defasados da política monetária restritiva”, destacou a SPE.

A despesa de consumo do governo avançou 1,8%. Já a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) — que mede os investimentos em máquinas, equipamentos e construção para ampliar a capacidade produtiva — cresceu 0,9% em relação ao trimestre anterior.

A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2025 ficou em 17,3% do PIB, ligeiramente abaixo dos 17,4% registrados no mesmo período de 2024. A taxa de poupança, por sua vez, alcançou 14,5%, repetindo o patamar de um ano antes.

Balança no positivo

A balança comercial brasileira fechou novembro com superávit de US\$ 5,842 bilhões, saldo 13,4% abaixo do registrado no mesmo mês de 2024. As exportações somaram US\$ 28,515 bilhões (+2,4%), impulsionadas pelo forte crescimento de 25,8% da agropecuária. As importações totalizaram US\$ 22,673 bilhões (+7,4%). No acumulado de janeiro a novembro, as exportações atingiram US\$ 317,8 bilhões (+1,8%), enquanto as importações somaram US\$ 259,9 bilhões (+7,2%). Os dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

CONSELHÃO

Lula minimiza tensão com o Parlamento

» VÍCTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou que o governo federal tenha algum tipo de tensão com o Congresso Nacional, mas acusou o Legislativo de “sequestrar” metade do Orçamento da União com as emendas impositivas, que classifica como “erro histórico”. A fala ocorreu ontem, na reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CNPES), o “Conselhão”, no Palácio do Itamaraty. Apesar de Lula negar publicamente, Executivo e Legislativo vivem um momento de conflito, especialmente com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP).

“Vocês acham que nós, do governo, temos algum problema com o Congresso Nacional? A gente não tem. Eu, sinceramente, não concordo com as emendas impositivas. Eu acho que o fato de o Congresso Nacional sequestrar 50% do Orçamento da União é um grave erro histórico”,

declarou o petista. “Eu acho. Mas você só vai acabar com isso quando você mudar as pessoas que governam, que aprovaram isso”, acrescentou ainda.

Principal foco da tensão, Alcolumbre ficou contrariado com a indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias. O presidente do Senado defendia o nome de seu antecessor, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), preterido por Lula. Há conflito também entre a liderança do governo na Câmara dos Deputados e o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), embora auxiliares de Lula já tenham entrado em campo para apagar arestas.

Em suas considerações sobre o Congresso, Lula criticou a derrubada de seus vetos ao Marco do Licenciamento Ambiental, e atribuiu a decisão aos representantes da bancada ruralista. “Nós não vetamos (o projeto) porque não gostamos do agronegócio. Nós vetamos para proteger o agronegócio, porque essa mesma gente que derrubou os meus vetos,

Ricardo Stuckert / PR



Presidente Lula, no Conselho, critica as emendas parlamentares e pede apoio para acabar com a jornada 6x1 de trabalho

quando a China, quando a Europa, pararem de comprar soja, quando alguém parar de comprar nossa carne, nosso algodão, vão vir falar comigo outra vez. ‘Presidente, fala com o Xi Jinping, fala com a União Europeia, fala com a Rússia, fala com não sei com quem”, ironizou Lula. “Porque

eles sabem que estão errados. Eles sabem que nós queremos que a nossa produção seja cada vez maior, mas cada vez mais sustentável e cada vez mais limpa”, acrescentou.

O Conselho é um órgão que reúne empresários, autoridades e membros da sociedade civil para

aconselhar a Presidência da República na criação de políticas públicas. No encontro, Lula pediu ainda aos presentes que estudem a proposta para o fim da escala 6x1, e disse querer “acelerar” sua discussão. “Eu queria que esse conselho estudasse com muito carinho essa

proposta da jornada de trabalho, para acabar com essa coisa de 6x1, porque não tem mais sentido nesse país, com os avanços tecnológicos”, disse o presidente. “A gente pode apressar esse fim da escala 6x1 e dar uma jornada menor para o povo trabalhador”, acrescentou.

Lula questionou, em sua fala, que a jornada de trabalho não é reduzida desde seus tempos de operário, no ABC Paulista. “Eu trabalhava, eu ia na porta da Volkswagen às 5h30 da manhã. A Volkswagen tinha 40 mil trabalhadores, produzia 1,2 mil carros. A gente trabalhava a mesma jornada de trabalho que trabalha hoje”, contou. “O que avançou tecnologicamente (para) que a gente não reduza a jornada de trabalho? Para que serviu todo esse avanço tecnológico se não resolve reduzir (a jornada)? O que é reduzir para 40 horas? Já são 44 para muita gente. Qual é o prejuízo que tem para o mundo? Nenhum. A presidenta do México aprovou 40 horas semanais”, exemplificou.